



PROTOCOLO ACADÉMICO INTERNACIONAL

PROTOCOLO que celebram a UNIVERSIDADE DE ÉVORA (PORTUGAL) e a UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (BRASIL), visando a cooperação académica para fins de intercâmbio de estudantes, docentes/investigadores e membros da equipa técnico-administrativa

A **Universidade de Évora**, pessoa coletiva de direito público nº. 501 201 920, com sede em Évora, no Largo dos Colegiais nº 2, 7000-803 Évora, Portugal, representada pela sua Vice Reitora, Professora Doutora Cesaltina Maria Pacheco Pires, como Primeira Outorgante,
e

A **Universidade Federal da Paraíba**, uma instituição de Educação Superior reconhecida pelo decreto 3.835, de 13 de Dezembro de 1960, CGC/MF: 24.098.477/0001-10, com sede na Cidade Universitária – Campus I – Prédio da Reitoria – Castelo Branco – 58.051-900 – João Pessoa – Paraíba - Brasil, representado pela sua Reitora, Professora Margareth de Fátima Formiga Melo Diniz, como Segundo Outorgante, é estabelecido o presente Protocolo Académico Internacional, baseado nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente protocolo tem por objeto a cooperação académica nas diferentes áreas e cursos, a fim de promover o intercâmbio de docentes, investigadores, estudantes de pós-graduação, estudantes de graduação (com reconhecimento mútuo de estudos de graduação) e membros da equipa técnico-administrativa das respetivas instituições.

CLÁUSULA SEGUNDA - METAS E FORMA DA COOPERAÇÃO

Formas de cooperação no intercâmbio de:

2.1. Docentes/investigadores:

2.1.1. Os docentes/investigadores visitantes participarão em conferências, ensino e/ou investigação, sendo que a duração da estada não deverá exceder um ano acadêmico (dois semestres).

2.1.2. O seguro de saúde deverá ser providenciado pelo docente/investigador no país de origem.

2.1.3. Os salários serão pagos pela instituição de origem.

2.2. Estudantes de Graduação e de Pós-Graduação:

2.2.1. Os estudantes serão indicados pela sua instituição de origem com base na excelência acadêmica, sendo que a aceitação ficará a cargo da instituição de acolhimento.

2.2.2. Os estudantes aceites pela instituição de acolhimento serão considerados alunos de programa de intercâmbio e estarão sujeitos a todas as normas da instituição de acolhimento, devendo observar as mesmas condições dos estudantes regulares.

2.2.3. Os estudantes participantes de programa de intercâmbio deverão ser estimulados a adquirir conhecimentos do idioma do país da instituição de acolhimento, compatível com a atividade a ser desenvolvida por eles.

2.2.4. Cada estudante deverá seguir um programa desenvolvido conjuntamente entre as duas instituições.

2.2.5. A duração da estada não deverá exceder um ano acadêmico.

2.2.6. As coorientações de teses deverão ser objeto de documento específico, a ser celebrado entre as partes interessadas.

2.2.7. As instituições comprometem-se, de comum acordo, a apreciar o número máximo de 3 estudantes de graduação e pós-graduação como candidatos para intercâmbio por ano.

2.2.8. O seguro de saúde deverá ser providenciado pelo aluno no país de origem antes da sua chegada à instituição de acolhimento.

2.3. Membros da equipa técnico-administrativa:

m

2.3.1. Com o intuito de estimular a troca de experiências e conhecimentos administrativos em áreas de interesse comum, as instituições poderão indicar membro(s) de suas equipas técnico-administrativas para participar do intercâmbio.

2.3.2. O seguro saúde deverá ser providenciado pelo interessado no país de origem.

2.3.3. Os salários serão pagos pela instituição de origem.

2.3.4. As atividades desenvolvidas durante o período do intercâmbio deverão ser condizentes com a atuação profissional na instituição de origem, devendo gerar um relatório a ser entregue às instituições de acolhimento e de origem.

CLÁUSULA TERCEIRA – SUPORTE FINANCEIRO

3.1. Os docentes envolvidos no intercâmbio não pagarão taxas na instituição de acolhimento. As demais despesas (viagem, alojamento, alimentação, etc.) correrão por conta do interessado, que poderá procurar financiamento junto a órgãos externos.

3.2. Os estudantes envolvidos no intercâmbio deverão pagar as taxas académicas, quando existentes, na sua instituição de origem. As demais despesas (viagem, alojamento, alimentação, etc.) poderão ser financiadas por órgãos externos ou ficarão a cargo do próprio estudante. A assinatura do presente protocolo não implica um compromisso de suporte financeiro pelas instituições signatárias.

3.3. No caso do intercâmbio de membros da equipa técnico-administrativa, as despesas correrão por conta da instituição de origem, desde que haja disponibilidade financeira para tal.

CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES DAS OUTORGANTES

4.1. As instituições procurarão alcançar reciprocidade nas atividades contempladas por este convénio.

4.2. No final da estada do estudante, a instituição de acolhimento enviará ao órgão apropriado da instituição de origem um documento oficial, especificando as atividades desenvolvidas e a avaliação recebida, quando for o caso.

13

4.3. A instituição de origem reconhecerá os resultados acadêmicos obtidos pelo estudante na instituição de acolhimento, com base num programa de trabalho previamente acordado entre as duas instituições.

4.4. As duas instituições comprometem-se a promover a integração dos estudantes na vida académica da instituição de acolhimento.

4.5. A instituição de acolhimento deverá prover condições de investigação e local apropriados para o trabalho do docente/investigador visitante, na medida de suas possibilidades.

4.6. A instituição de acolhimento deverá oferecer condições de trabalho para o desenvolvimento das atividades dos membros da equipa técnico-administrativa.

CLÁUSULA QUINTA – COORDENAÇÃO DO CONVÊNIO

5.1. Para constituir a coordenação técnica e administrativa do presente convénio irá ser posteriormente designado pela Sr^a Reitora da UÉVORA o coordenador da UÉvora, e pela Sr^a Reitora da UFPB Margareth de Fátima Formiga Melo Diniz.

5.2. Caberá à referida Coordenação a procura de soluções e o encaminhamento de questões académicas e administrativas que surgirem durante a vigência do presente protocolo, bem como a supervisão das atividades.

CLÁUSULA SEXTA – VIGÊNCIA

O presente protocolo vigorará pelo prazo de **3 (três) anos**, a partir da data em que for assinado pelos representantes de ambas as partes. Quaisquer mudanças nos termos deste protocolo deverão ser efetuadas através de Adenda devidamente acordada entre as partes signatárias.

CLÁUSULA SÉTIMA – DENÚNCIA

O presente protocolo poderá ser denunciado a qualquer momento, por qualquer das partes, mediante comunicação expressa, com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias. Caso haja processos pendentes, as partes definirão, mediante Termo de conclusão do Protocolo, as responsabilidades pela conclusão de cada um dos trabalhos e todos os demais pendentes, respeitando as atividades em curso.

CLÁUSULA OITAVA – RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

Para dirimir dúvidas que possam ser suscitadas na execução e interpretação do presente protocolo, as partes envidarão esforços na procura de uma solução consensual. Não sendo possível, as signatárias indicarão, de comum acordo, um terceiro, pessoa física, para atuar como mediador.

O presente protocolo é assinado e rubricado em dois exemplares, de igual valor, ficando um para cada um dos outorgantes.


Évora, 18 de 12 de 2019 .

**A Vice-reitora da
Universidade de Évora**



**Professora Doutora Cesaltina Maria Pacheco
Pires**

**Reitora da
Universidade Federal da Paraíba**



**Professora Doutora Margareth de Fátima
Formiga Melo Diniz**



PROTOCOLO ACADÉMICO INTERNACIONAL

PROTOCOLO que celebram a **UNIVERSIDADE DE ÉVORA (PORTUGAL)** e a **UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (BRASIL)**, visando a **cooperação académica para fins de intercâmbio de estudantes, docentes/investigadores e membros da equipa técnico-administrativa**

A **Universidade de Évora**, pessoa coletiva de direito público nº. 501 201 920, com sede em Évora, no Largo dos Colegiais nº 2, 7000-803 Évora, Portugal, representada pela sua Vice Reitora, Professora Doutora Cesaltina Maria Pacheco Pires, como Primeira Outorgante,
e

A **Universidade Federal da Paraíba**, uma instituição de Educação Superior reconhecida pelo decreto 3.835, de 13 de Dezembro de 1960, CGC/MF: 24.098.477/0001-10, com sede na Cidade Universitária – Campus I – Prédio da Reitoria – Castelo Branco – 58.051-900 – João Pessoa – Paraíba - Brasil, representado pela sua Reitora, Professora Margareth de Fátima Formiga Melo Diniz, como Segundo Outorgante, é estabelecido o presente Protocolo Académico Internacional, baseado nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente protocolo tem por objeto a cooperação académica nas diferentes áreas e cursos, a fim de promover o intercâmbio de docentes, investigadores, estudantes de pós-graduação, estudantes de graduação (com reconhecimento mútuo de estudos de graduação) e membros da equipa técnico-administrativa das respetivas instituições.

CLÁUSULA SEGUNDA - METAS E FORMA DA COOPERAÇÃO

Formas de cooperação no intercâmbio de:

2.1. Docentes/investigadores:

2.1.1. Os docentes/investigadores visitantes participarão em conferências, ensino e/ou investigação, sendo que a duração da estada não deverá exceder um ano académico (dois semestres).

2.1.2. O seguro de saúde deverá ser providenciado pelo docente/investigador no país de origem.

2.1.3. Os salários serão pagos pela instituição de origem.

2.2. Estudantes de Graduação e de Pós-Graduação:

2.2.1. Os estudantes serão indicados pela sua instituição de origem com base na excelência académica, sendo que a aceitação ficará a cargo da instituição de acolhimento.

2.2.2. Os estudantes aceites pela instituição de acolhimento serão considerados alunos de programa de intercâmbio e estarão sujeitos a todas as normas da instituição de acolhimento, devendo observar as mesmas condições dos estudantes regulares.

2.2.3. Os estudantes participantes de programa de intercâmbio deverão ser estimulados a adquirir conhecimentos do idioma do país da instituição de acolhimento, compatível com a atividade a ser desenvolvida por eles.

2.2.4. Cada estudante deverá seguir um programa desenvolvido conjuntamente entre as duas instituições.

2.2.5. A duração da estada não deverá exceder um ano académico.

2.2.6. As coorientações de teses deverão ser objeto de documento específico, a ser celebrado entre as partes interessadas.

2.2.7. As instituições comprometem-se, de comum acordo, a apreciar o número máximo de 3 estudantes de graduação e pós-graduação como candidatos para intercâmbio por ano.

2.2.8. O seguro de saúde deverá ser providenciado pelo aluno no país de origem antes da sua chegada à instituição de acolhimento.

2.3. Membros da equipa técnico-administrativa:



2.3.1. Com o intuito de estimular a troca de experiências e conhecimentos administrativos em áreas de interesse comum, as instituições poderão indicar membro(s) de suas equipes técnico-administrativas para participar do intercâmbio.

2.3.2. O seguro saúde deverá ser providenciado pelo interessado no país de origem.

2.3.3. Os salários serão pagos pela instituição de origem.

2.3.4. As atividades desenvolvidas durante o período do intercâmbio deverão ser condizentes com a atuação profissional na instituição de origem, devendo gerar um relatório a ser entregue às instituições de acolhimento e de origem.

CLÁUSULA TERCEIRA – SUPORTE FINANCEIRO

3.1. Os docentes envolvidos no intercâmbio não pagarão taxas na instituição de acolhimento. As demais despesas (viagem, alojamento, alimentação, etc.) correrão por conta do interessado, que poderá procurar financiamento junto a órgãos externos.

3.2. Os estudantes envolvidos no intercâmbio deverão pagar as taxas acadêmicas, quando existentes, na sua instituição de origem. As demais despesas (viagem, alojamento, alimentação, etc.) poderão ser financiadas por órgãos externos ou ficarão a cargo do próprio estudante. A assinatura do presente protocolo não implica um compromisso de suporte financeiro pelas instituições signatárias.

3.3. No caso do intercâmbio de membros da equipe técnico-administrativa, as despesas correrão por conta da instituição de origem, desde que haja disponibilidade financeira para tal.

CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES DAS OUTORGANTES

4.1. As instituições procurarão alcançar reciprocidade nas atividades contempladas por este convênio.

4.2. No final da estada do estudante, a instituição de acolhimento enviará ao órgão apropriado da instituição de origem um documento oficial, especificando as atividades desenvolvidas e a avaliação recebida, quando for o caso.

m)

4.3. A instituição de origem reconhecerá os resultados académicos obtidos pelo estudante na instituição de acolhimento, com base num programa de trabalho previamente acordado entre as duas instituições.

4.4. As duas instituições comprometem-se a promover a integração dos estudantes na vida académica da instituição de acolhimento.

4.5. A instituição de acolhimento deverá prover condições de investigação e local apropriados para o trabalho do docente/investigador visitante, na medida de suas possibilidades.

4.6. A instituição de acolhimento deverá oferecer condições de trabalho para o desenvolvimento das atividades dos membros da equipa técnico-administrativa.

CLÁUSULA QUINTA – COORDENAÇÃO DO CONVÉNIO

5.1. Para constituir a coordenação técnica e administrativa do presente convénio irá ser posteriormente designado pela Sr^a Reitora da UÉVORA o coordenador da UÉvora, e pela Sr^a Reitora da UFPB Margareth de Fátima Formiga Melo Diniz.

5.2. Caberá à referida Coordenação a procura de soluções e o encaminhamento de questões académicas e administrativas que surgirem durante a vigência do presente protocolo, bem como a supervisão das atividades.

CLÁUSULA SEXTA – VIGÊNCIA

O presente protocolo vigorará pelo prazo de **3 (três) anos**, a partir da data em que for assinado pelos representantes de ambas as partes. Quaisquer mudanças nos termos deste protocolo deverão ser efetuadas através de Adenda devidamente acordada entre as partes signatárias.

CLÁUSULA SÉTIMA – DENÚNCIA

O presente protocolo poderá ser denunciado a qualquer momento, por qualquer das partes, mediante comunicação expressa, com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias. Caso haja processos pendentes, as partes definirão, mediante Termo de conclusão do Protocolo, as responsabilidades pela conclusão de cada um dos trabalhos e todos os demais pendentes, respeitando as atividades em curso.



CLÁUSULA OITAVA – RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

Para dirimir dúvidas que possam ser suscitadas na execução e interpretação do presente protocolo, as partes envidarão esforços na procura de uma solução consensual. Não sendo possível, as signatárias indicarão, de comum acordo, um terceiro, pessoa física, para atuar como mediador.

O presente protocolo é assinado e rubricado em dois exemplares, de igual valor, ficando um para cada um dos outorgantes.

Évora, 18 de 12 de 2019 .

A Vice-reitora da
Universidade de Évora



Professora Doutora Cesaltina Maria Pacheco

Pires



Reitora da
Universidade Federal da Paraíba



Professora Doutora Margareth de Fátima

Formiga Melo Diniz